



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
Diretoria Jurídica

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO 124/2019 (DFI)

ADITIVO nº 01 AO CONTRATO nº 124/2019 (DFI) DE PACTUAÇÃO DE OBRIGAÇÃO FINANCEIRA E DE CONSTITUIÇÃO DE GARANTIA DE PAGAMENTO, RELATIVO À AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ACUMULADO, APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017, NO PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE CV QUE ENTRE SI CELEBRAM A PRECE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

A **PRECE – Previdência Complementar**, entidade fechada de previdência complementar instituída sob a forma de sociedade civil, com sede nesta Cidade, na Rua Prefeito Olímpio de Melo, nº 1676, Benfica, CEP 20.930-005, devidamente registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 71.980, em 18.01.83, e inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda, sob o nº 30.030.696/0001-60, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. ANTÔNIO CARNEIRO ALVES, inscrito no CPF/MF sob o nº 694.242927-91, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 2026612-0, expedida pelo CRA/RJ, e pelo seu Diretor de Seguridade Interino, Sr. VALDEMIR LUIZ DE CARVALHO, ao final assinados, e doravante denominada **PRECE**,

e de outro lado,

a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655, Cidade Nova, registrada na JUCERJA sob o nº 5.000, em 14.08.1975, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. AGUINALDO BALLON, e pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS, ao final assinados, e doravante denominada **CEDAE**.

PRECE e **CEDAE**, em conjunto, adiante denominadas como **PARTES**, nos autos do Processo Administrativo SEI E-07/100.880/2018, em conformidade com as aprovações dos seus órgãos estatutários.

I. Considerando que a **CEDAE** é patrocinadora do Plano PRECE CV, administrado pela **PRECE**, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar sob o nº 2011.0005-56 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 48.307.514/0001-10;

II. Considerando que a **PRECE** passou a oferecer anualmente aos assistidos do Plano PRECE CV a possibilidade de alteração da modalidade, a partir da aprovação do novo regulamento do plano, que passou a vigorar através da publicação da Portaria PREVIC nº 806, de 20/11/2020;

III. Considerando que a alteração de modalidade ofertada pelo Plano PRECE CV permite que os

assistidos da modalidade de Benefício Definido optem pela mudança para a modalidade de Contribuição Definida, sendo essa opção voluntária, irretratável e irrevogável;

IV. Considerando que anualmente no mês de abril é aberto o período de opção para que os assistidos do PRECE CV da modalidade de Benefício Definido optem pela sua transferência para a modalidade de Contribuição Definida, sendo a efetivação dessa opção realizada no mês de junho subsequente;

V. Considerando que, além da **CEDAE**, enquanto patrocinadora do Plano PRECE CV, aos assistidos também foi atribuída responsabilidade pela amortização dos déficits registrados no referido Plano;

VI. Considerando que, de acordo com as regras da alteração de modalidade, a reserva matemática individual dos assistidos que optaram por alterar a modalidade de Benefício Definido para Contribuição Definida foi calculada considerando o desconto das suas contribuições extraordinárias futuras relativas aos déficits equacionados e a equacionar;

VII. Considerando que a parcela de responsabilidade da Patrocinadora sobre os déficits equacionados e a equacionar do Plano PRECE CV, referente aos assistidos que optaram pela alteração da modalidade de Benefício Definido para Contribuição Definida, permanece sob a responsabilidade de pagamento da CEDAE, porém agora perante a modalidade de Contribuição Definida do Plano PRECE CV;

RESOLVEM firmar o presente aditivo contratual que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Ajusta-se o presente aditivo para incluir as Cláusulas 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.7.1, 2.8 e 2.9 do contrato assinado em 11/10/2019, conforme segue:

2.2 A insuficiência patrimonial transferida para a modalidade de Contribuição Definida do Plano PRECE CV em **2021**, correspondente a este contrato, foi de **R\$ 2.064.690,38**. O valor total apurado consta formalizado no Relatório da Operação de alteração de modalidade confeccionado pela consultoria atuarial responsável pelo plano PRECE CV.

2.3 A insuficiência patrimonial transferida para a modalidade de Contribuição Definida do Plano PRECE CV em **2022**, correspondente a este contrato, foi de **R\$ 3.046.662,88**. O valor total apurado consta formalizado no Relatório da Operação de alteração de modalidade confeccionado pela consultoria atuarial responsável pelo plano PRECE CV.

2.4 A insuficiência patrimonial transferida para a modalidade de Contribuição Definida do Plano PRECE CV em **2023**, correspondente a este contrato, foi de **R\$ 3.707.184,99**. O valor total apurado consta formalizado no Relatório da Operação de alteração de modalidade confeccionado pela consultoria atuarial responsável pelo plano PRECE CV.

2.5 O saldo devedor da dívida equacionada relativa ao contrato aqui tratado, após as movimentações mencionadas nos itens 2.2, 2.3 e 2.4, corresponde a **R\$45.838.173,35** (quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e oito mil, cento e setenta e três reais e trinta e cinco centavos), na posição de 30/06/2023.

2.6 O saldo devedor da dívida será atualizado mensalmente pelo Índice do Plano e pela Taxa Real Anual de Juros vigente, sendo devidamente sensibilizado pela dedução das parcelas pagas no período. Além da dedução das parcelas pagas, o saldo devedor da dívida será sensibilizado anualmente pela dedução dos valores decorrentes das alterações da modalidade de Benefício Definido para Contribuição Definida observadas em cada exercício, nos moldes do regulamento do plano, sendo estes valores tratados em contrato específico a ser firmado entre as partes.

2.7 Mesmo após a movimentação anual da alteração de modalidade, a parcela de contribuição extraordinária citada no item 2.1 seguirá com o valor apurado no plano de custeio vigente, até que seja apurada nova parcela através do próximo plano de custeio anual.

2.7.1 A revisão da parcela citada no item acima será realizada com base no sistema de amortização PRICE, em função do saldo e do prazo remanescentes, considerando a taxa real de juros utilizada na Avaliação Atuarial do plano.

2.8 O valor da parcela será devidamente formalizado no plano de custeio anual.

2.9 O contrato de equacionamento firmado será aditado anualmente considerando o resultado da operação da alteração de modalidade, contemplando o abatimento do valor de dívida transferida para a modalidade de Contribuição Definida, tratada em contrato próprio.

CLÁUSULA SEGUNDA – À exceção do ora aditado, permaneceram inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Originário, a fim de produzirem em conjunto um só efeito de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA - O extrato deste TERMO ADITIVO deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da CEDAE. Após a publicação deste TERMO ADITIVO, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE/RJ nº 312/2020 para o envio das informações nos casos exigidos.

E, assim, por estarem justas e contratadas as PARTES, por seus representantes, assinam eletronicamente o presente instrumento elaborado em formato digital para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e para ser devidamente registrado no competente Cartório da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

PRECE – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

ANTÔNIO CARNEIRO ALVES
DIRETOR PRESIDENTE

VALDEMIR LUIZ DE CARVALHO
DIRETOR DE SEGURIDADE INTERINO

CEDAE – COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

AGUINALDO BALLON
DIRETOR PRESIDENTE

ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS
DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR LUIZ DE CARVALHO, Usuário Externo**, em 18/12/2023, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARNEIRO ALVES, Usuário Externo**, em 18/12/2023, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos dos Santos, Diretor Financeiro**, em 18/12/2023, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo Ballon, Diretor-Presidente**, em 22/12/2023, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **65389522** e o código CRC **3E7F6979**.

